



## GESTOS DE RESISTÊNCIA NA ESCRITA DE/SOBRE MULHERES NEGRAS

Ailce do Nascimento Macedo<sup>1</sup>

*Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)*

Alana Clecy dos Santos<sup>2</sup>

*Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)*

Rogério Modesto<sup>3</sup>

*Universidade Estadual de Santa Cruz/Universidade Federal Fluminense (UESC/UFF)*

### RESUMO

Perante um debate ainda recorrente nos estudos feministas, a universalização da categoria mulher e a questão do sujeito do feminismo, a partir da Análise de Discurso materialista (AD), buscamos uma compreensão acerca da constituição da posição-sujeito mulher (e) negra a partir da produção audiovisual A vida e a história de Madam CJ Walker (2020). Os gestos de análise possibilitaram a compreensão de diferentes estruturas de opressão que tensionam as discursividades de gênero e raça no movimento de força da posição-sujeito mulher-negra.

**Palavras-chave:** Discurso. Gênero. Raça. Posição-sujeito mulher-negra. Memória discursiva.

### ABSTRACT

According to feminist studies, the universalization of the category "woman" and the question of the subject of feminism remain recurring debates when analyzed through the lens of materialist Discourse Analysis (DA). We aim to understand the constitution of the subject-position 'black-woman' through the audiovisual production "Self Made: Inspired by the Life of Madam C.J. Walker (2020)". The analytical gestures enabled an understanding of the different structures of oppression that generate tensions within the discursivities of gender and race, in the process of constructing the subject-position 'black-woman'.

**Keywords:** Discourse. Gender. Race. Subject-position black-woman. Discursive memory.

### INTRODUÇÃO

No cenário de lutas sociais, raciais e de gênero que marcam a conjuntura de nossa formação social brasileira, não nos parece estranha a possibilidade de que os significantes "resistência" e "mulheres negras" compareçam em uma mesma rede de formulações. Ao contrário, as clivagens sociais que afetam tal formação social e que irrompem em diferentes modos de manifestação de

<sup>1</sup> Doutoranda e mestra em Letras, Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: anmacedo@uesc.br

<sup>2</sup> Doutoranda e mestra em Letras, Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Bolsista pela FAPESB. E-mail: alanaclecy98@gmail.com

<sup>3</sup> Professor Adjunto B de Língua Portuguesa e Linguística da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Pós-doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor e mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: rlmsantos@uesc.br



opressões, racismo, machismo e violências parecem fazer *evidente* a necessidade de que a resistência seja um atributo quase inerente dos modos de subjetivação e vida de mulheres negras. Se a ideia de que “mulheres negras precisam resistir” ou de que “mulheres negras são resistência” se torna natural, evidente, compreendemos haver aí um espaço importante de intervenção analítica discursiva no sentido de questionar essa transparência de sentido, tanto no que diz respeito aos sentidos de “mulheres negras” quanto no que toca nos sentidos de “resistência”.

Nosso texto, fruto de uma reflexão coletiva, materializa um gesto de análise em que buscamos escutar como a escrita de e sobre mulheres negras pode ser tensionada pelos sentidos de resistência, raça, gênero, literatura e narratividade. Realizamos, no âmbito do Grupo de Pesquisa Discursos e Tensões Raciais – dTer (UESC/CNPq), sediado na Universidade Estadual de Santa Cruz, diferentes pesquisas em que o interesse se voltou em analisar como a escrita de e sobre mulheres negras materializa tais sentidos enquanto “discursos racializados” (MODESTO, 2021). Daí que, neste texto, retomamos nossas formulações derivadas de nossos olhares para a escrita *de* Maria Firmina dos Reis<sup>4</sup> e para a escrita *sobre* Esperança Garcia<sup>5</sup>.

Em comum, essas mulheres dividem os sentidos de “protagonistas” por possuírem, ambas, o título de “primeiras”. Maria Firmina dos Reis goza do título de primeira romancista negra brasileira, tendo publicado em 1859 o livro *Úrsula*, considerado o primeiro romance abolicionista do Brasil. Esperança Garcia, por sua vez, foi reconhecida, em 2022, como a primeira advogada brasileira pelo Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Era uma mulher escravizada que, ao ter escrito uma carta em 1770 para o Governador da Capitania do Piauí reivindicando melhores condições de vida, não apenas “peticionou” uma reivindicação como denunciou maus-tratos sofridos por ela e pelos seus.

A partir de uma perspectiva materialista discursiva tomamos como objeto de análise a escrita *de* Maria Firmina dos Reis, em seu livro *Úrsula* (1859), e a escrita *sobre* Esperança Garcia, a partir do cordel escrito sobre ela pela escritora Jarid Arraes e publicado no livro *Heroínas negras brasileiras* (ARRAES, 2017).

No recorte que apresentamos nesse texto, iniciamos nossa reflexão tomando a questão da resistência e a questão dos discursos *de* e *sobre*. Em seguida, enfocamos a escrita *de* Maria Firmina dos Reis, a partir do romance já citado, com base nas duas assinaturas inscritas no romance. Debruçamo-nos sobre o encontro de duas posições discursivas, que estavam impossibilitadas de se encontrar, ao considerarmos as condições históricas e sociais da segunda metade do século XIX: a posição-sujeito *autor* e a posição-sujeito *mulher negra*. Feito isso, passamos a pensar o dito e o não-dito *sobre* Esperança Garcia, conforme se textualiza no cordel mencionado anteriormente. Nos interessa pensar como, no dizer *sobre* Esperança Garcia, comparecem predicações como *maltratada, excluída, perseguida*, etc. que açãoam sentidos de exclusão, colocando em pauta um silêncio que significa pelo não-dito (ORLANDI, 2007). Por fim, tecemos relações entre os gestos de análise e a resistência, tal como apresentamos este conceito na seção que segue.

<sup>4</sup> Maria Firmina dos Reis (1822-1917), mulher negra, escritora e professora maranhense, foi a primeira escritora a publicar um romance abolicionista no Brasil.

<sup>5</sup> Esperança Garcia foi uma mulher negra, escravizada no século XVIII na província do Piauí, ela escreveu uma carta-denúncia relatando os maus tratos sofridos e solicitando salvaguarda ao presidente da província. Esta carta foi encontrada em 1979 sendo anos depois considerada a primeira petição feita por uma mulher, assim, em 2017, Esperança foi considerada a primeira advogada do Piauí e, só em 2022, reconhecida como a primeira advogada do Brasil.



## 1 RESISTÊNCIA E ESCRITAS DE/SOBRE

No texto *Delimitações, inversões, deslocamentos* (1990), Michel Pêcheux apresenta um conceito materialista de resistência, certamente muito distinto dos sentidos de resistência que circulam no senso comum. Diferentemente da noção voluntarista que se encontra nos dicionários, em que algo ou alguém produz enfrentamento, oposição, atrito, força contrária de modo plenamente consciente com o objetivo claro na busca de um resultado previamente determinado, Pêcheux desenha um conceito teórico em que a resistência acontece por e nas brechas e falhas do ritual de interpelação ideológica, tendo em vista que “não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura” (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

Em suas formulações, a resistência está na contradição própria dessas falhas no ritual do/no processo de interpelação ideológica e que imbrica dominante e dominados. A partir de sua leitura de Pêcheux, Modesto (2016) pontua que a resistência não é o produto de uma intenção do sujeito ou do enfrentamento de um grupo contra o outro, porque, assim como o sujeito não é unidade, mas dispersão, os grupos e ideologias se formam em processos contraditórios de remissão e afastamento. Faz-se necessário, então, considerar a possibilidade da resistência dada na contradição, real da história, que proporciona as falhas no trabalho ideológico de construção das evidências. Além disso, há de se considerar o trabalho da linguagem em todo esse processo: é quando, na falha do ritual, o sem-sentido passa a fazer sentido que se pode vislumbrar um espaço para a resistência (MODESTO, 2016).

Em virtude disso, Modesto (2016) propõe a noção de efeito de resistência. Trata-se de considerar que, embora a resistência não seja um atributo direto do enfrentamento voluntário, muitas vezes ela é encarada como efeito desse enfrentamento voluntário, especialmente em sociedades como a nossa, marcada pelo funcionamento do sujeito de direitos e deveres. Em suas palavras, “a resistência só é possível funcionando em um espaço contraditório, embora seja encarada e constituída como resultado das oposições” (MODESTO, 2016, p. 1091). Nessa perspectiva a “intenção” de resistir não garante, em si mesma, a efetivação da resistência, já que ela se efetiva nas relações de identificação do sujeito, as quais são atravessadas por diferentes determinações que não deixam coincidir as causas (como elas se apresentam aos sujeitos) com os sentidos (como eles significam as discursividades).

Considerando essas formulações teóricas, na perspectiva discursiva materialista a linguagem tem papel fundamental na resistência. É preciso um sujeito que fale, que tome a palavra, para que os sentidos entrem em relação uns com os outros até que produzam espaços equívocos, falhas no ritual que insiste em manter um mundo logicamente estabilizado. Assim, “o trabalho de falar sobre mobiliza uma série de condições de produção e abre o espaço para a diferença, pois este é um processo que mobiliza uma *relação a*” (MODESTO, 2016, p. 1091). Desse modo, se, por um lado, considera-se a resistência não controlada pelos sujeitos, por outro lado, “é preciso um sujeito que fale sobre para que a irrupção da resistência, tal como uma nova palavra que desembaraça o espaço duma pergunta, possa acontecer” (MODESTO, 2016, p. 1091).

É no espaço do “falar sobre” que consideramos a importância do debruçamento na escrita *de e sobre*, como propomos nesse texto. Para estudarmos a rede de discursos *de e sobre* o sujeito mulher negra é preciso pensar que “todo conhecimento representa uma determinada perspectiva e reflete um ponto de vista particular, devendo se considerar que todo conhecimento é parcial” (COLLINS *apud* CESTARI, 2017, p. 186). Dessa maneira, pensar os discursos *de e sobre* a mulher negra



é fundamental para romper a ilusão do discurso único, da transparência do dizer<sup>6</sup>, textualizando assim, as formas de identificação do/no processo de constituição da mulher negra bem como da rede de sentidos que as significam.

É importante compreender que os discursos *de* são aqueles que atuam a partir da tomada da palavra na textualização daquilo que se anuncia como “vivido”, isto é, não se trata de falar sobre algo ou alguém pelo olhar de fora, mas de textualizar discursos a partir do lugar do “eu” enquanto objeto e enunciador, sendo um espaço de construir a voz própria e significações sobre si<sup>7</sup>. Os discursos *de* funcionam, muitas vezes, em relação aos discursos *sobre*, ou melhor, ambos possuem uma relação correlata. “Os discursos *sobre* recuperam elementos dos discursos *de*” (PETRI, 2004, p.29) por vezes se aproximando e outras deslizando sentidos deste. Os discursos *sobre* são os:

[...] que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os discursos *sobre* são discursos intermediários, pois ao falarem sobre um discurso de (‘discurso-origem’), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja [...] já que o falar sobre transita na correlação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor (MARIANI, 1998, p. 64).

Assim como dispõe Mariani (1998), os discursos *sobre* falam dos discursos de origem e funcionam enquanto dizeres intermediários que narram e/ou descrevem um acontecimento singular. É válido destacar que por muito tempo, os discursos *sobre* as mulheres, mas principalmente, sobre as mulheres negras, foram predominantes. Dessa posição, essas mulheres eram colocadas em um lugar de menor valor e sem autoridade para falar de si, isto porque eram pessoas brancas, em grande maioria homens brancos, escrevendo *sobre* pessoas e narrativas negras. Pensando nessas relações de escritas *de* e *sobre*, apresentamos, como já sinalizado, as duas perspectivas de escritas a partir dos discursos *de* Maria Firmina dos Reis e dos discursos *sobre* Esperança Garcia, para pensarmos, como já dito, os funcionamentos discursivos dessas escritas, com a atenção voltada para as redes de significações e ressignificações por elas promovidas.

## 2 ÚRSULA DE MARIA FIRMINA DOS REIS: UMA MARANHENSE

Como dito na introdução, refletimos neste ponto do trabalho sobre os discursos de origem que comparecem no romance *Úrsula*, publicado em 1859 e sobre a sua autora, Maria Firmina dos Reis. Assim, é importante compreender que o romance *Úrsula* pode ser lido como uma unidade discursiva que representa personagens negros e brancos, homens e mulheres, liberdade e escravidão na literatura brasileira. O romance oportuniza a rememoração da história oficial acerca da escravidão e da sociedade patriarcal do século XIX, e oportuniza a sua possível ressignificação a partir da posição-sujeito que se inscreve na escrita autoral de Maria Firmina dos Reis. Uma escrita

<sup>6</sup> Orlandi pondera que “nem a linguagem, nem os sentidos, nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente.” (ORLANDI, p. 46, 2015).

<sup>7</sup> Fala sobre si no âmbito não individualizado, mas de pertencimento enquanto grupo, classe, etc. Ex. enquanto mulheres negras ou enquanto estrangeiros refugiados, etc. Um olhar de dentro que trata de questões vivenciadas por quem escreve.



marcada por duas assinaturas, isto é, *Úrsula* engendra um processo de identificação atravessado pela assinatura de duas autorias: uma marcada pelo anonimato de um etnônimo<sup>8</sup> e a outra desvelando o anonimato pela evocação de um nome próprio. Tanto uma quanto outra estão marcadas pela relação com o gênero e o desprestígio de uma escrita feminina, e somente a segunda assinatura vai apresentar a diferenciação racial inscrita na autoria. A primeira assinatura encontra-se presente na obra com o etnônimo *uma maranhense*, e a segunda só temos acesso a partir dos discursos sobre.

Assinado com o etnônimo *uma maranhense*, *Úrsula* (1859) é publicado na tipografia do Maranhão e é anunciado nos jornais em circulação na província. Pela leitura do texto não é possível dar nome à autora, mas o prólogo escrito traz algumas particularidades de quem o escreve:

Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (REIS, 2018, p.33).

Reis apresenta o seu livro como “mesquinho e humilde” e segue destacando que não se permite cegar pela “vaidade de adquirir nome” ou pelo “amor próprio de autor”. A validade de seu romance se anula por ele ter sido “escrito por uma mulher” “e mulher brasileira”, “sem o trato e a conversação dos homens ilustrados”. Verificamos, de início, o caráter gendrado inscrito no romance, ou seja, o caráter identificado pela especificidade do gênero. Há, aqui, a necessidade de recortar o texto, para melhor interpretá-lo. Quando a autora escreve: “mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor”, é certo que ela escreve para um determinado leitor. Mas para qual? Qual o sentido de leitor projetado pela autoria de *Úrsula*? Qual o valor dessa autoria? Essa compreensão será possível ao considerarmos as formações imaginárias de Michel Pêcheux (1990), sendo a imagem de si e do outro visualizada como um ponto de vista do interlocutor.

A nossa interlocutora, Maria Firmina dos Reis, antecipa a imagem daquele que irá receber o seu livro. Para Pêcheux (2006, p.77) essa antecipação “implica que o orador experimente de certa maneira o lugar de ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador: sua habilidade de imaginar, de preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva se ele sabe prever, em tempo hábil, onde este ouvinte o espera”. Onde o ouvinte de *Úrsula* o espera? A resposta possível para essa questão seria: o espera na sociedade maranhense do século XIX. Em um período em que a escravização dos corpos negros era legitimada, e em que as mulheres não tinham acesso à educação. Nesse sentido, apresentar-se numa escrita “menor”, num romance que “pouco vale” por ser escrito por uma mulher pode funcionar, de algum modo, como gesto de resistência que permitiria a circulação da obra, sem que ela fosse atacada por suas ideias, em uma sociedade como a aqui descrita.

Constitui-se, assim, como ponto importante na análise do prólogo a menção que Reis faz à sua autoria, colocando a sua escrita em uma posição determinada pelo imaginário de menor prestígio, de pequenez, porque estão determinadas pelas condições de produção da época. Como

<sup>8</sup> Utilizamos o conceito de etnônimo acrescido ao pseudônimo, por considerar a substituição do nome próprio da autora, pela expressão *uma maranhense*. Ao assinar-se como tal, é possível articular “de forma visceral tanto a questão étnica quanto a questão nominal articulando, ao mesmo tempo, língua e memória” (BARBOSA FILHO, 2019, p.187).



já dito, uma sociedade escravocrata e patriarcal. Podemos pensar em uma análise discursiva sobre alguns pontos descritos no Prólogo de *Úrsula*, que dizem mais sobre a sua autora do que sobre a própria obra. Observemos as Sequências Discursivas (SD) que seguem:

**SD1:** Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor (...) e ainda assim o dou a lume.

**SD2:** Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor.

**SD3:** Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados (...) o seu cabedal intelectual é quase nulo.

**SD4:** Uma Maranhense.

Na SD1, a autora define o seu livro com dois adjetivos: mesquinho e humilde, evidenciando uma obra menor, desprovida de grandezas e sem grandes pretensões de angariar espaços maiores no cenário ao qual se insere e, mesmo tendo essa consciência de menoridade, o torna público. Na SD2: *Não é a vaidade de adquirir nome que me cega*, a escritora maranhense justifica que a escrita de *Úrsula* não lhe traz ambições de conquistar um nome de autor no cânone literário. Já na SD3, há o reforço do menor valor do romance e uma justificativa para tal inferioridade: *escrito por uma mulher, e mulher brasileira*. Como descrito quando tratamos da resistência, a contradição é ponto fundamental para que outros sentidos se instalem. Nesse caso, a contradição está em tornar público aquilo que de saída se apresenta como não importante, de menor valor. A autora, assim, parece jogar o jogo de sua época, assumindo-o, para resistir a ele: reconhecer a escrita feminina como menor para, então, tornar essa escrita (e suas ideias abolicionistas) pública.

Foi necessário apresentar o prólogo da obra na tentativa de compreender os processos de identificação que nomeiam ou resguardam a autora. Destacamos que as sequências discursivas direcionam à análise para o acontecimento discursivo mulher-autora e, embora as questões de autoria e gênero estejam evidentes no prólogo escrito por Maria Firmina dos Reis, nada visualizamos sobre as questões de raça e, sobretudo, as marcações para autora-negra e para escravidão. Assim estende-se para a assinatura *Uma maranhense*. O artigo indefinido *uma* demarca a condição de gênero, mas maranhense não identifica a sua autora como mulher negra. Talvez o nome de autor de Maria Firmina dos Reis não precisasse ser revelado no momento da publicação de *Úrsula*, pois o crivo que legitimava os discursos possíveis, era o mesmo que interditava outros. Como já sinalizamos, Reis apresenta a sua escrita de menor valor por ser escrito por uma mulher. É válido questionar: Por que Maria Firmina dos Reis assina a sua obra como *uma maranhense*? *Uma maranhense* assume o lugar do nome próprio, nomeia a interlocutora que quer apenas se definir mulher, autora e maranhense. *Uma maranhense* que esconde a cor da sua autora e, ao considerarmos as publicações dos oitocentos, tal assinatura está mais associada a uma mulher branca e menos a uma mulher negra. A SD4: *Uma maranhense*, nos permite construir alguns jogos parafrásticos:

**P1:** Qualquer uma maranhense;

**P2:** Uma maranhense qualquer;

**P3:** Uma maranhense sem valor, qualquer;

**P4:** Uma maranhense indefinida, qualquer;

**P5:** Uma maranhense indeterminada, qualquer uma;

**P6:** Uma autora maranhense qualquer;



- P7:** Uma autora maranhense sem valor, qualquer;  
**P8:** Uma autora maranhense indefinida, qualquer;  
**P9:** Uma autora maranhense indeterminada, qualquer uma;  
**P10:** Uma autora qualquer;  
**P11:** Uma mulher qualquer.

As “paráfrases plausíveis” (PÊCHEUX, 2006, p. 26), dispostas neste estudo, versam sobre uma maranhense, uma autora e uma mulher qualquer, sem importância, indefinida, de menor prestígio. Essa construção só foi possível pela análise do prólogo, pois é nesse espaço que Reis justifica a escrita e a publicação do seu romance. No entanto, essa mesma assinatura pode produzir uma outra série de paráfrases possíveis, especialmente se considerarmos que Reis esconde seu nome próprio na assinatura de seu livro e, ao fazer isso, esconde também sua condição de mulher racializada. Nessas condições, em vez de evocar o sentido de “mulher qualquer”, *uma maranhense* pode dizer também:

- P12:** uma mulher da sociedade maranhense;  
**P13:** uma mulher que deve ser reconhecida por ser maranhense;  
**P14:** uma mulher que deve ser reconhecida por fazer parte da sociedade maranhense;  
**P15:** uma mulher que deve ser reconhecida por fazer parte da sociedade maranhense, porque escreve;  
**P16:** uma mulher, talvez branca, que deve ser reconhecida por fazer parte da sociedade maranhense, porque escreve;  
**P17:** uma mulher, certamente branca, que deve ser reconhecida por fazer parte da sociedade maranhense, porque escreve.

Mulher, autora, escreve um texto revolucionário que critica uma sociedade presa ao escravismo e ao patriarcado. A ela não seria concedido o direito ou o lugar de enunciar, e a sua enunciação não produziria “efeitos de legitimidade, verdade, credibilidade, autoria, circulação, identificação, na sociedade” (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 6), pois até 1859, não temos conhecimento de outra escrita de autoria afro-feminina no Brasil. *Uma maranhense* instiga o imaginário e formula outra possível identificação para a sua autora, produzindo também resistência. Essa identificação colabora com o *discurso de origem* presente na obra. *Uma maranhense* que se autodeclara pertencente ao Maranhão, pertence àquela cultura, o que nos permite continuar a escrita, considerando que essa assinatura poderia ser visualizada enquanto (i) mais uma maranhense, ou (ii) mais uma entre muitas maranhenses, mas, sobretudo, (iii) uma maranhense especial, porque escreve. *Uma maranhense* pode funcionar como um caráter estratégico e pode ser considerada um dizer racializado, ou seja, espera-se apagar o aspecto racial para poder circular, para ter permissão para ocupar os espaços nos periódicos dos oitocentos.

Uma assinatura que, ao considerarmos o aspecto racial de sua autora, nos permite configurar um sintagma nominal específico: *autora-negra*. Através das condições de produção já mencionadas no nosso gesto, é possível dizer que tal sintagma é produzido como efeito de um acontecimento discursivo pela atualização da memória discursiva, conforme Pêcheux (2006). Dito de outro modo, a partir da autoria de Reis, pode-se pensar na possibilidade de uma mulher negra assumir a posição de autora. Quando falamos em “acontecimento discursivo” no poder dizer autora-negra, a nossa leitura pensa o entremeio da posição sujeito *autor* e da posição sujeito *muller negra*.



nas condições de produção dos oitocentos. Essa regularidade, ao ser interrompida pela anterior, permite dizer *mulher negra autora* após o séc. XIX, e permite ler, nos textos literários, a representação da escravidão a partir da perspectiva dos personagens escravizados, construindo um outro processo discursivo. Formulamos esse entendimento quando pensamos que uma cadeia de acontecimentos é interrompida ou abalada por uma outra que irrompe, mantendo relações com o que lhe é anterior (sua memória), projetando, ainda assim, outros sentidos. A autoria da mulher permanece como pré-construído de letramento e cultura, mas essa “cadeia” é abalada pela possibilidade de dizer mulher-negra-autora, fato que coloca a mulher negra nessa posição de letramento e cultura não compatível com as condições do séc. XIX. É isso que confere à *Úrsula* uma imagem de ruptura e protagonismo.

### 3 ESPERANÇA GARCIA: A HEROÍNA CONSTRUÍDA PELAS NARRATIVAS SOBRE

As vozes que falam *sobre* trazem um olhar de fora, materializam dizeres que significam através do exterior, dizeres que são delimitados por uma perspectiva, um lugar de enunciação. Cestari (2017), apoiada em Susan Sontag, comenta sobre a metáfora da fotografia com uma forma de discurso *sobre*: ao fotografamos algo/algum partimos de um certo posicionamento, realizamos tal ação com um enquadramento que “pode centralizar os pontos de vistas daqueles que fotografamos-olhamos-interpretamos-dialogamos” (SONTAG, 2003 *apud* CESTARI, 2017, p. 194). Tal como o enquadramento da fotografia é dado por quem está com a máquina de fotografar em mãos, as narrativas que materializam o discurso *sobre* são formatadas pelas posições que idealizam as formas de tratar esse “objeto” esse algo/algum sobre quem se fala. Com isso em nosso horizonte teórico, voltamo-nos para as escritas *sobre* Esperança Garcia materializadas no cordel de Jarid Arraes, em seu livro *Heroínas negras brasileiras*, com o objetivo de compreendermos as redes de significações que essa escrita textualiza acerca de Esperança.

Na análise que segue, apresentamos em forma de sequência discursiva, alguns recortes (ORLANDI, 1984) do referido cordel que textualiza um discurso sobre Esperança Garcia. Tais recortes tematizam a história de Garcia apresentada como “heroína” e traçam o percurso de sua vida apontando pontos cruciais, conforme a escrita de Arraes. Na SD5, identifica-se quem escravizava Esperança e quais condições ela vivia. Esse detalhamento também é textualizado na SD6, uma sequência que complementa os sentidos já levantados pela SD5. Vamos a elas:

#### SD5:

*Pelos padres jesuítas  
Ela foi escravizada  
Esperança era mulher  
que vivia maltratada  
Mas sua personalidade  
Era alma indomada.*

#### SD6:

*Da fazenda de Algodões  
Esperança foi tirada  
Foi parar em Nazaré  
Onde foi escravizada  
E já nesse novo canto  
Com dureza era espancada.*



Tanto na SD5 quanto na SD6, a forma de predicar Esperança Garcia aponta para uma condição que não é inerente ao sujeito, mas à qual o sujeito está submetido. Em outras palavras, não se diz que Esperança “era escrava”, mas que *ela foi escravizada*. Esse modo de dizer marca o ponto de vista histórico que se inscreve numa formação discursiva que recusa dizer da escravidão como condição natural ao escravizado, uma vez que ninguém nasce escravo, mas torna-se *escravizado* devido à ação do outro. Nessa condição de escravizada, diz-se de Esperança como alguém que *vivia maltratada, foi tirada, com dureza era espancada*. No entanto, se seu corpo experienciou essas violências, o discurso sobre Garcia não deixa de marcar que ela *era alma indomada*. No jogo que se estabelece nesse discurso sobre Garcia, como um discurso que recusa equivaler a escravidão como condição natural dos sujeitos e que marca sua altivez de alma ainda que maltratada, é possível formular as seguintes paráfrases:

**P18:** Esperança Garcia não era escrava, ela *foi escravizada*;

**P19:** Esperança Garcia sofreu as consequências da escravidão (tirada, maltratada, espancada), mas *era alma indomada*.

Com base nas paráfrases, temos um caminho de significações que nos direcionam para compreender o sujeito-escravizado. A possibilidade de existência desse sujeito remete ao espaço construído com discursos do colonialismo que inferiorizam e desumanizam pessoas, sobretudo, quando negras. Nas paráfrases, identificamos os sentidos de opressões físicas e psicológicas em contradição com a perspectiva da resistência que se manifesta por uma *alma indomada* de alguém que sabe de sua condição não natural. Essas formulações, como já dito, fazem que pensemos a contradição entre sujeito-escravo e sujeito-escravizado. A primeira construção remete a uma rede de discursos dominantes significando o sujeito dominado. A segunda, por sua vez, disputa sentidos com o discurso que sustentaria a primeira construção e materializa a resistência em não aceitar a condição de “escravo”. Ou seja, a construção discursiva “sujeito-escravizado” é resultado da contradição entre a dominação ideológica textualizada nos “discursos **dos vencedores**” e o discurso **sobre** sustentado na formação discursiva da resistência. Esperança Garcia, enquanto mulher negra, é dita, no cordel, assim, como alguém que foi colocada nesse lugar significado pelo dominador, mas se recusou a permanecer nele. Nesse sentido, encontramos os efeitos de ser sujeito-escravizado historicizados novamente nas SDs 7 e 8:

**SD7:**

*Porque no Brasil passado  
O escravo era excluído  
Sem saber ler e escrever  
Sem poder ser instruído  
Caso alguém fosse enfrentar  
Acabava perseguido.*

**SD8:**

*Era crime muito grave  
Ensinar escravo a ler  
Pela lei que existia  
Era o jeito de viver*



*E seria muito preso  
Quem fosse contradizer.*

Nas formulações acima são reforçados os efeitos já acionados na SD5 e na SD6, sentidos de exclusões, discriminações e violências sobre o sujeito-escravizado. Na SD7, aborda-se a segregação racial no campo da educação, o escravizado não podia ter acesso a ela, pois não era visto como digno, uma vez que não era considerado humano, como os brancos, e sim um ser inferior, próximo aos animais. Nesse sentido, o sujeito enquanto escravizado, apesar da resistência que busca exercer, situa-se no espaço de anulação, um lugar de esquecimento social e de invalidação quanto aos seus direitos, capacidades e qualidades. Lugar social que gera imaginários que limitam lutas, crescimentos e direitos básicos. Lélia González, no texto *Racismo e sexism na cultura brasileira* (1984), comenta sobre o imaginário que acompanha sujeitos negros devido à estrutura racista em nossa sociedade.

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha (Gonzales, 1979), pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados. (GONZÁLEZ, 1984, p. 226).

González expõe a naturalização dos efeitos do racismo, da imprudência policial, da generalização racial, da atribuição de valores por meio da classe e da cor da pele. Imagens cristalizadas ao ponto de serem tratadas como normais, como o que ocorre com Esperança e demais escravizados em sua época. Homens e mulheres que perderam seus direitos à liberdade, à expressão, à autonomia, ao desenvolvimento pleno e à vida em decorrência de uma construção discursiva realizada sobre seus corpos, que, mediante ao contexto sócio-histórico, foi naturalizado. Corpos negros que são lidos como hostis, “um corpo tido como ameaçador e a ser contido” (MODESTO, 2021, p. 14), em função de uma ideia que permeia a história social, a nossa memória discursiva. Em Modesto (2018), temos acesso a uma reflexão sobre o processo de interpelação que constitui pessoas negras, processo que as coloca em lugares específicos, ou seja, interpela-se “o negro em posições construídas para não coincidirem com as posições do branco” (MODESTO, 2018, p. 133). Esse processo é tão eficaz que o sujeito negro acaba vendo-se nessas posições, filiando-se a estes discursos:

Desse modo, se alguém diz na rua, por exemplo, “parado!”, simulando uma intervenção policial, é possível que apenas sujeitos negros olhem na direção de quem chama, visto que a reiteração de preto, logo culpado está em funcionamento atingindo a todos sem distinção – tanto aqueles que passam a se ver nessa posição, quanto os que produzem esse chamamento – justamente porque a ideologia faz com que o interpelado sempre se reconheça na interpelação. (MODESTO, 2018, p. 133).



A situação trazida por Modesto (2018) confirma essa demarcação de sujeitos, em que brancos e negros são<sup>9</sup> díspares, "pertencentes" a lugares sociais diferentes. Ao sujeito branco cabem lugares de prestígio, poder e visibilidade, enquanto ao sujeito negro cabem lugares de subordinação, hostilidade e menosprezo. Nesse sentido, o sujeito-escravizado, ou melhor, o sujeito-tornado-escravizado vê-se em um lugar em que não se reconhece, mas que é atribuído a ele por olhar/discurso do outro, do dominador branco. É possível dizer, a partir da análise do discurso *sobre*, que isso ocorre com Esperança Garcia, ela não se reconhece nesse lugar imposto a ela, assim, ela desloca sentidos a partir de sua carta-denúncia. Desse modo, se por um lado Esperança é reconhecida como escravizada, por outro, ela desconhece-se desse lugar e desafia os sentidos de escravizada (ela escreve e, mais que isso, ela escreve para reivindicar). Esse movimento é textualizado na escrita *sobre* Esperança quando se aborda a atitude de Garcia em escrever a carta ao presidente da província, comprovando que ela não se reconhecia apenas nesse lugar de sujeito-escravizado.

**SD9:**

*Aconteceu que Esperança  
Tinha aprendido a ler  
Ensinada pelos padres  
Tinha jeito de escrever  
Foi aí que decidiu  
Uma carta conceber.*

Arraes textualiza a ruptura feita por Esperança, o desconhecimento que Garcia tem com a submissão e silêncio impostos para a posição sujeito-escravizada em que se encontra. Garcia tem uma ação de resistência, uma denúncia que se materializa pela carta. Cabe, nesse momento, retomar alguns pontos que discutimos anteriormente quando tratamos do conceito de resistência. Como já dissemos, Pêcheux, em *Delimitações, inversões e deslocamentos* (1990) afirma que a resistência é constituída a partir da contradição. Nas palavras de Modesto “a resistência na AD não está localizada nem num projeto intencional do sujeito, nem no enfrentamento de dois mundos (ou classes) diferentes como que tivessem ideologias próprias” (MODESTO, 2016, p. 1091). Assim, a resistência surge do pré-construído, de uma formação discursiva já existente, que está sob e contra o discurso do dominador, uma vez que “as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* elas, e não em um ‘outro mundo’, anterior, exterior e independente” (PÊCHEUX, 1990, p. 16).

Nas palavras de Modesto (MODESTO, 2015, p. 161), “a resistência só se torna possível tendo como base o discurso dominante como pré-construído. Isto é, ela acontece no espaço contraditório que enlaça dominante e dominados”. Desse modo, a resistência historicizada por Garcia, a partir do discurso *sobre* sua vida e seus feitos, acontece devido à contradição estabelecida ao discurso dominador, que a oprimia. Esperança, através da contradição, desloca sentidos e (re)significa-os, trazendo uma perspectiva do dominado, perspectiva diferente das já fixadas no social. Assim, quando o discurso *sobre* enfatiza a decisão de Esperança em enviar a carta também se está

<sup>9</sup> São no sentido de estarem constituídos assim conforme as ideologias dominantes da nossa sociedade, o que não os determina como de fato pertencentes a estes lugares.



enfatizando a ruptura de um sujeito-tornado-escravizado que passa a ocupar um lugar de sujeito-herói e/ou sujeito dono do seu dizer. Essa posição-sujeito se aproxima da posição autora-mulher-negra, para retomar algo do discurso *de* Maria Firmina dos Reis, uma vez que foi pela carta, pelas letras, que Esperança rompe com o lugar de escravizada e resiste como mulher negra que fala de si e de suas lutas. Dessa maneira, quando a escrita de Arraes textualiza Esperança ao se “desconhecer” da sua atual filiação, sujeito-escravizado, há um movimento de resistência que, por sua vez, desloca sentidos e re-significam lugares e discursos.

### ESCRITAS NEGRIAS: QUESTÕES DE RESISTÊNCIA E MEMÓRIA

A busca pelos discursos *de* e pelos discursos *sobre* ajudou no desenvolvimento das reflexões teóricas apresentadas neste estudo. E no nosso gesto de leitura e escrita, enquanto analistas do discurso, consideramos dois pontos essenciais para a construção desse trabalho: (i) a evidência de que as mulheres negras precisam resistir; e (ii) o espaço teórico-analítico que questiona essa evidência, isto é, que questiona a transparência de sentido, tanto no que diz respeito aos sentidos de “mulheres negras” quanto no que toca nos sentidos de “resistência”.

Um gesto de escrita que nos permitiu formular um sintagma para pensar sobre a autoria da mulher negra enquanto um acontecimento discursivo, *autora-mulher-negra* na sociedade escravocrata brasileira. E nos permitiu refletir sobre a legitimização dessa autoria, sobre os discursos presentes nessa escrita e, principalmente, quando se pôde dizer autora mulher negra naquelas condições. Aqui, materializamos essa autoria em relação com uma memória da prática literária e autoral (dominada por homens brancos) de sua época. E, de certo modo, ao considerarmos o pioneirismo de Maria Firmina dos Reis e Esperança Garcia, podemos dizer que elas se afastam deste lugar, pois, ao escrever, ocupam um espaço que, como já dissemos, não estava reservado para mulheres e, principalmente, para mulheres negras.

Nesse sentido, foi possível notar também, a partir dos jogos parafrásticos, uma rede de sentidos entre resistência e memória. Temos, então, uma mulher negra que se faz lembrada por seu discurso, Maria Firmina do Reis, e outra que é lembrada por um terceiro, Esperança Garcia. Dessa maneira, reafirmamos que essas mulheres são resistências pelo existir e pelos lugares que construíram e reconstruíram dentro das letras. Lugares que textualizam denúncias, como visto nas escritas de Arraes *sobre* Esperança, a mulher escravizada que denuncia os maus tratos e se desconhece de uma posição sujeito inferiorizado. A escrita de Arraes mostra como a denúncia “é apropriada como uma prática de resistência, porque ela também joga com este ‘fazer oposição a’.” (MODESTO, 2015, 161), mesmo que o sujeito não faça de forma consciente, com intenção, ele constitui resistência pela falha da/na filiação ideológica.

Por fim, reforçamos que o funcionamento discursivo dos discursos *de e sobre*, no nosso gesto de leitura, permitiram a construção de novas regularidades sobre a leitura de *Úrsula* e de Esperança Garcia. Materialidades que textualizam dizeres importantes e atuais acerca dos sujeitos negros, sobretudo, sobre as mulheres negras. Questões que reafirmam movimentos de resistências, pioneirismo e memória, trazendo através das escritas deslocamentos de sentidos e reformulações de dizeres e espaços.

### REFERÊNCIAS

ARRAES, J. **Heroínas negras brasileiras:** em 15 cordéis. São Paulo-SP: Polén, 2017.



BARBOSA FILHO, F.R. **O discurso Antiafricano na Bahia do século XIX.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

CESTARI, M. Por uma tomada de posição feminista e antirracista na Análise do Discurso. In: Mónica Graciela Zoppi Fontana; Ana Josefina Ferrari. (Org.). **Mulheres em discurso:** identificação de gênero e práticas de resistência. 1ed. V. 2. Campinas: Pontes, 2017. p. 183-203.

GONZALEZ, L. **Cultura, etnicidade e trabalho:** efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. Rio de Janeiro: Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1979.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje:** Rio de Janeiro, 1984. p. 223-244.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa:** os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

MODESTO, R. Os discursos racializados. In: **Revista da Abralin.** v. 2, n. 20, 2021, p. 01-19.

MODESTO, R. Interpelação ideológica e tensão racial: efeitos de um grito. In: **Revista Littera,** v. 9, n. 17, 2018, p. 124-145.

MODESTO, R. Uma outra cidade? A resistência possível e o efeito de resistência: uma proposta. In: **Revista Fórum Linguístico,** v. 3, n. 1, Florianópolis, 2016, p. 1083-1093.

MODESTO, R. A denúncia na textualização do social no enlace das materialidades significantes. In: **Revista Línguas e Letras.** v. 16. n. 34, 2015, p. 158-176.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas – SP: editora Unicamp, 2007

ORLANDI, E. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2013.

ORLANDI, E. Segmentar ou recortar?. In: **Linguística:** questões e controvérsias, n.10, 1984, Uberaba: Fiube.

PÊCHEUX, M. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: **Cadernos de. Estudos Linguísticos,** n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso:** uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 61-105.

PETRI, V. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário:** da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, RS, 2004. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5534>. Acesso em: 15 de out. 2022.

REIS, M. **Úrsula.** Porto Alegre: Taverna, 2018.



PRIMEIRA ESCRITA

2025 | Volume 12 | Número 1 | Páginas 155-168

ZOPPI FONTANA, M. Lugares de enunciação e discurso. In: **Revista LEITURA**, n. 23. Maceió:  
EDUFAL, 1999.